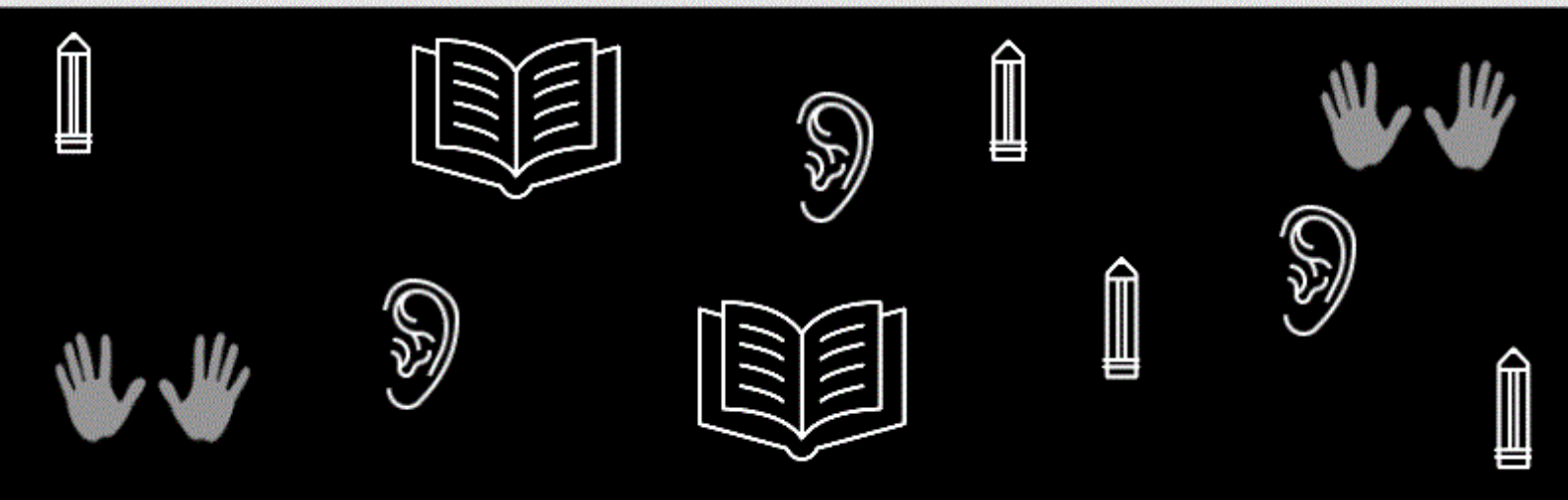




O Aprendizado da Leitura no Contexto da Educação Inclusiva



Geralda F. Lemes Barbosa
Antonio Ferreira Lemes
Bruneldy Butzke Lemes



O Aprendizado da Leitura no Contexto da Educação Inclusiva

Geralda Ferreira Lemes Barbosa

Antonio Ferreira Lemes

Bruneldy Butzke Lemes



O Aprendizado da Leitura no Contexto da Educação Inclusiva

Autores:

Geralda Ferreira Lemes Barbosa

Graduada em LETRAS: Português/Espanhol e respectivas Literaturas pela UNITINS (Universidade do Tocantins).
Graduada em Pedagogia com ênfase em Educação Especial pela FAVENI - (Faculdade Venda Nova do Imigrante).
Especialista em Linguística Aplicada na Educação pela UCAM (Universidade Cândido Mendes).
Mestre em Educação e atualmente cursando Psicopedagogia e Educação Infantil (Especialização).
E-mail: geraldaledes1@hotmail.com



Antonio Ferreira Lemes

Graduado em Matemática pela UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci).
Pós-graduado em Educação inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão pela Faculdade Única de Ipatinga.



Bruneldy Butzke Lemes

Graduada em Letras pela UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo da Vinci).
Pós-graduada em Linguística Aplicada na Educação pela UCAM (Universidade Cândido Mendes).



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

O Aprendizado da Leitura no Contexto da Educação Inclusiva. BARBOSA, GERALDA FERREIRA LEMES; LEMES, ANTONIO FERREIRA; LEMES, BRUNELDY BUTZKE. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2022.

51 p.

ISBN 978-65-87333-12-0

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais:
www.isciweb.com.br/livros

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica
Digital Multidisciplinar: www.isciweb.com.br/revista

Acesse!

Leia!

Publique!

Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Junior

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO COM VISTAS AO ENSINO PÚBLICO E DE QUALIDADE EM MATO GROSSO	12
2.1. A Leitura na perspectiva da Educação Inclusiva em Mato Grosso e no Brasil.....	13
2.2. A criação de instituições no Brasil com a perspectiva de implantação de programas para a reabilitação e educação especial	25
3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	34
3.1. A Necessidade da Leitura na Educação Especial	35
3.2. O Aprendizado da Leitura pelo Discente Incluso.....	41

1. INTRODUÇÃO

A leitura é um fator importante para o desenvolvimento dos sujeitos pensantes tanto para os considerados normais, quanto para as pessoas deficientes. Através da leitura, pode-se despertar o gosto pelos livros e também à compreensão dos próprios problemas, pois a imaginação, o desenvolvimento linguístico, a valorização das coisas, bem como o desenvolvimento das potencialidades e o estímulo da curiosidade inquieta-nos para a busca de tudo que é novo.

Mediante este entendimento, a escola deve ser preparada para que oportunidades inovadoras atinjam o pensamento coletivo e corajoso, tanto por parte da gestão escolar, a partir do que está instituído como política pública, sobretudo, por meio dos pais, professores, funcionários, comunidade escolar em geral.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN nº. 9394/96)¹ define que, o atendimento de estudantes com deficiência é dever do Estado e sua educação deve ser pública, gratuita e preferencialmente na rede regular de ensino.

A expressão inclusão das crianças com necessidades especiais, pode ser entendida como um direito de todas as crianças para que possam frequentar, independentemente, dos problemas ou deficiência que possuam, as escolas regulares, do contrário para onde iriam se não tivessem qualquer problema ou deficiência.

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.

Nesse sentido alguns aspectos importantíssimos existem em relação à leitura, Dechant (apud Borba, 2006, p. 83) faz um destaque da leitura como “sendo um processo sensorial, um processo perceptual, uma resposta aprendida, uma tarefa de desenvolvimento, um interesse emotivo, um processo de aprendizagem, um processo de linguagem e um processo de integração”.

Nesse contexto, entende-se que a leitura é fundamental para a aprendizagem do educando incluso, tornando assim, um mecanismo indispensável no processo de ensino/aprendizagem. Assim, diante do grande desafio das escolas brasileiras de incluir crianças portadoras de necessidades especiais na rede pública de ensino, propomos por meio de uma pesquisa, compreender a problemática da educação inclusiva no ensino regular com análises de habilidades de leitura referente a uma realidade escolar específica.

A leitura tem sido apresentada como uma perspectiva de aprendizagem significativa para os portadores de necessidades especiais, entretanto, tal atividade exige esforço, dedicação, entusiasmo e constante envolvimento e atualização para trabalhar os recursos pertinentes ao desenvolvimento das diversas potencialidades.

A Educação para as pessoas portadoras de necessidades especiais tem sido muito discutida e analisada por muitos fatores, na contribuição de uma educação de qualidade garantida por políticas públicas e instrumentos legais como a Constituição Federal de 1998, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Decreto nº 3.298 de 1999, Plano Nacional da Educação (PNE) de 2001, Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência de 2001, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, entre outros documentos.

A Organização da Conferência “Declaração de Salamanca” contra a discriminação das pessoas portadoras de deficiência, aconteceu em 1994, com mais de trezentos participantes com representação de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais com a finalidade de promover uma

Educação Inclusiva para todos. A mesma foi realizada pelo governo da Espanha com a Cooperação da UNESCO², congregando altos funcionários da Educação, administradores responsáveis pela política e especialistas, bem como representantes das Nações Unidas e das Organizações Especializadas, como também outras organizações participantes, além dos organismos governamentais internacionais, os não governamentais e também os organismos financiadores.

A política proposta nesse discurso tinha como princípio a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade. Segundo Bueno (2008), a primeira tradução impressa da Declaração de Salamanca, publicada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1994, assumia uma orientação integradora. Em 2007, há uma alteração pela mesma coordenadoria dessa tradução com a substituição de integração por inclusão gerando um dilema conceitual e de fundamentação política.

A LDBEN n. 9394/96 que trata sobre a Educação Especial, foi um dos marcos para a Educação Brasileira na década de 1990. Está definido nessa lei, que o atendimento de alunos com deficiência é dever do Estado e sua educação deve ser pública, gratuita e preferencialmente na rede regular de ensino. Porém, são as parcerias que contribui para essa lógica de atendimento, como afirma o documento da Secretaria de Educação Especial: “É necessário ampliar o nível de participação social na implementação do atendimento, buscando todas as forças existentes na comunidade” (BRASIL, 1994, p.29).

Compreende-se por um lado, que as políticas de integração das pessoas com necessidades especiais foram traçadas pelo Governo Federal e por outro, as medidas que assegurariam tal política foram delegadas aos Estados, Municípios e às Organizações Nacionais (ONGs). Logo, na primeira década do século XXI, foi promulgada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, a resolução que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Para tanto foi normatizado no Brasil pela

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura- é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/ humanas e comunicação/informação.

Resolução CNE/ CEB2/2001 (BRASIL, 2001), as premissas inclusivas que estavam no debate internacional, expressando o modo pelo qual a política nacional incorporou as ideias que se firmaram como hegemônicas no campo da Educação Especial.

Com as indicações encontradas na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), abriu-se o foco de atenção para uma diversidade de sujeitos muito grande e fora das características de atuação da Educação Especial no Brasil. A Declaração de Salamanca visa um ensino inclusivo com base na dignidade humana e de inserção plena de direitos constitucionais.

A discussão da prática inclusiva consiste no reconhecimento de igualdade de valores entre os seres humanos e suas decorrentes necessidades de participação de uma sociedade integradora, justa e igualitária devendo haver uma educação de qualidade para os portadores de necessidades educacionais especiais que atenda aos requisitos primordiais para a mesma, bem como uma biblioteca escolar, onde possa ser fluente e atraente para o estudante especial, que seus anseios possam ser superados a partir de um contexto de aprendizagem através da leitura.

As pessoas com deficiência devem ter os mesmos direitos, como qualquer outro cidadão, sendo incluídos e não discriminados pela sociedade. A Constituição Brasileira defende o direito da pessoa com deficiência e sua integração social e para que haja sucesso na construção do conhecimento das pessoas com necessidades especiais, é necessário à formação e empenho dos profissionais da educação criando expectativas de uma educação sem fronteiras, alcançando o objetivo da inclusão sem discriminação.

Assim sendo, é preciso que condições sejam criadas e que facilitem o desenvolvimento da aprendizagem através da leitura para os discentes, também, os objetivos educacionais e as propostas pedagógicas devem possibilitar a conquista máxima e a independência em relação aos outros indivíduos, pois a interação com os demais facilita e estimula a construção do conhecimento pelos discentes.

Para que haja progresso referente à leitura na educação inclusiva é necessário compreender e respeitar o discente portador de necessidade

especial como pessoa com limitações, porém com características fortes de aprendizagem como qualquer outro discente considerado normal.

É perceptível numa abordagem construtivista de que os portadores de deficiência são intelectualmente ativos e capazes de um desenvolvimento cognitivo através da leitura e conhecimentos específicos para sua convivência em sociedade.

A escola deve ser um porto seguro para as pessoas com necessidades especiais, transmitindo conhecimento e qualidade de ensino, propondo aos educandos um lugar sem preconceito, discriminação, tolerância e respeito à diversidade.

Os educadores são os mediadores dos recursos para uma boa aprendizagem de leitura pelos discentes, levando em consideração o papel motivador do professor intérprete de LIBRAS (língua brasileira de sinais) nas atividades com os surdos.

A educação de surdos, mesmo tendo sua comunicação assegurada pela língua de sinais o ensino do português não pode ser esquecido devido as vantagens dessa segunda língua, entendendo que para uma aprendizagem significativa é importante focar e trabalhar a leitura com os discentes.

A aprendizagem da leitura possibilita ao educando especial uma nova forma de aprender e compreender o mundo a sua volta obtendo as informações de forma independente.

2. A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO COM VISTAS AO ENSINO PÚBLICO E DE QUALIDADE EM MATO GROSSO

A concepção da leitura na Educação Inclusiva tem sido abordada por autores, tais como, Antunes Irandé (2003)³, Vygotsky e Bakhtin (1999)⁴, Beremblum (2006)⁵, Meneses (2000)⁶, Kleiman (2000)⁷ e Matêncio (1994)⁸ e outros..., como também pela LDBEN nº 9394/96 e Lei Federal nº 10.436 de 2002 que oficializa o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Entre outros estudiosos acerca da sua necessidade e intuito de formar cidadãos capazes de compreender e estabelecer a si próprio uma vida digna em sociedade, desfrutando do seu conhecimento e aprendizagem científica da leitura, bem como da escrita e do uso da linguagem em si, usufruindo da própria cultura familiar e local.

As discussões e estudos vêm acontecendo há muito tempo, um fator marcante foi a Conferência de Salamanca em parceria com a UNESCO,

³ ANTUNES, Irandé, 1937. Aula de português: encontro & interação, - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

⁴ Vygotsky e Bakhtin: psicologia e educação: um intertexto. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

⁵ BEREMBLUM, Andréa. Por uma política de formação de leitores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

⁶ MENEZES, Gilda. Como usar outras linguagens na sala de aula. 3ª Ed.-São Paulo: Contexto, 2000.

⁷ KLEIMAN, Ângela. A concepção escolar da leitura. In: Oficina de leitura. Teoria e Prática. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

⁸ MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Escrita e leitura: natureza do processo. In: Leitura, produção de textos e escola. Reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

tratando da dignidade humana dos portadores de deficiência, bem como os seus direitos igualitários perante a lei.

Os centros educacionais de ensino têm buscado acolher todas as crianças, independentemente de qualquer tipo de deficiência e condições linguísticas ou outras. A educação deve assegurar um ensino de qualidade para todos os discentes, ainda se tratando do processo linguístico para o surdo.

A língua de sinais é outro fator essencial na aprendizagem dos discentes surdos na qual favorece sua comunicação facilitando seu aprendizado no decorrer das aulas. O Tradutor Intérprete da Língua de Sinais possibilita o aprendizado da leitura e escrita do estudante surdo, pois o mesmo apresenta como língua materna a LIBRAS e então na escola passa a aperfeiçoar essa língua que traz consigo e também, aprende a ter contato oral com a segunda língua que é a Língua Portuguesa, sendo dificultada a leitura e a escrita. Nesse processo, o papel do intérprete está em promover condições de aprendizagem para esse sujeito.

A leitura é uma prática importantíssima no desenvolvimento da linguagem para o educando especial, e principalmente ao surdo. Esse processo de integração e aprendizagem está bem definido no documento das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso.

2.1. A Leitura na perspectiva da Educação Inclusiva em Mato Grosso e no Brasil

A leitura é importantíssima nas interações pessoais, tanto na escrita, quanto na fala, trazendo vida e beleza ao desenvolvimento da língua na participação cooperativa, na interpretação e na reconstrução do sentido, como também nas intenções pretendidas pelo autor completando a atividade da produção escrita, supondo muito mais que a simples decodificação dos sinais gráficos.

O leitor busca recuperar, interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidas pelo autor. Dessa forma, na educação especial, a leitura vai muito além, pois a mesma extrapola uma visão tradicional e excludente de um sistema isolado para se posicionar por inteiro nos processos educacionais.

As atividades pedagógicas das classes inclusivas devem ser realizadas no contexto institucional da escola, evitando atribuir individualmente um caráter- terapêutico. Este cuidado pedagógico não desconsidera, porém, os procedimentos de intervenção para as necessidades específicas.

A escola, em sua estrutura organizacional, deve permitir a participação dos educandos portadores de necessidades educacionais especiais nos ambientes escolares regulares. Como aponta Coll (1995, p. 301) “(...) é importante que os alunos com necessidades educacionais especiais participem de uma programação tão normal quanto possível e tão específica quanto suas necessidades requeiram”. E acrescenta que esta disposição institucional implica em “(...) dispor de procedimentos e modelos de adequação individualizada do currículo que sirvam para assegurar este difícil e imprescindível equilíbrio”.

Fica claro para o Sistema Público de Mato Grosso, que cada unidade de ensino tem autonomia para examinar em que medidas e necessidades os discentes incorporam como situações em deficiências tradicionais. Para Vygotsky, muitas dificuldades e limitações dos estudantes, vivenciadas na aprendizagem escolar, são determinadas socialmente.

Para tanto o Projeto Político-Pedagógico Escolar deve cuidar para não esgotar suas preocupações exclusivamente no desenvolvimento de estratégias de atendimento escolar para os estudantes, mas também contemplando igualmente os fatores sociais.

Quando se trata da atividade leitora, entende-se claramente que a mesma deve ser trabalhada também com os discentes especiais, pois, independente da deficiência são capazes de aprenderem significativamente, contando com a ajuda do intérprete para o portador surdo.

Através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o educando surdo pode compreender melhor o que está a sua volta, seu desenvolvimento cognitivo e social, com isso tendo um bom aprendizado na escola referente aos

conceitos científicos. Esta língua de sinais é muito importante para o desenvolvimento do indivíduo surdo, o neurologista Oliver Sacks comenta que:

A língua de sinais deve ser introduzida e adquirida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ficar permanentemente retardado e prejudicado [...] Assim que a comunicação por sinais for aprendida, e ela pode ser fluente aos 3 anos de idade, tudo então pode decorrer: livre intercuro de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala. Não há indícios de que o uso da língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente, ocorra o inverso (SACKS, 1998, p. 44)⁹

O estudante surdo, como qualquer outro, precisa desenvolver os conceitos científicos e para que isso torne possível, o professor deve trabalhar com uma metodologia de ensino contextualizada, bem como, com experiências para elevar o nível de conhecimento linguístico e cultural do mesmo.

A leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao prazer estético e uma atividade de especificidades da escrita. É por meio desta interação que se dá o aprimoramento essencial dos termos de codificação e decodificação de palavras e signos eficientes ao entendimento adequado das diversas situações cognitivas dos termos linguísticos da linguagem utilizada.

Os discentes em relação ao termo leitura sentem-se frustrados pelas dificuldades encontradas, pois estas são algo que vai além do imaginado com seus sistemas linguísticos de informações e entendimentos processuais. Comunga-se com Antunes (2003), que em sua obra diz:

[...] com enormes dificuldades de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre, “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece à sua volta. Naturalmente, como tantos outros vão ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade (ANTUNES, 2003, p. 20)¹⁰

A partir do momento que se entende a língua como essencial nas decodificações, esta se torna um indicativo de toda e ‘qualquer utilização

⁹ SACKS, O. W. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ ANTUNES, Irané, 1937. Aula de português: encontro & interação, - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

social, sendo eficiente em toda sua dimensão tornando-se assim mais prazerosa e eficaz, integrando-se nas decisões construtivas e sociais.

Ler é o modo mais prazeroso e eficaz de adquirir conhecimento. Não há dúvida de que o rádio e a televisão são importantes em um país, ainda mais como o nosso, onde pouco se lê, poucos contribuem para difundir informações e entretenimento. A leitura, porém, possibilita uma intimidade maior com as ideias, temas e uma liberdade também maior porque, a todo o momento, o livro está à disposição do leitor para ser lido, relido, escolhendo-se esta ou aquela história, este ou aquele poema, o que permite refletir e entendê-los melhor.

Torna-se necessária a compreensão de que a leitura e a escrita são práticas complementares fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento, a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos).

O ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coesos e coerentes adequados e ortograficamente escritos, pressupondo o desenvolvimento de uma atitude de leitor (a) crítico (a), o que significa entre outros aspectos perder a ingenuidade diante do texto dos outros percebendo que atrás de cada um existe um sujeito com certa experiência histórica, com um determinado universo de valores e com uma intenção.

A matrícula dos discentes deficientes está garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em escola regular e sua incorporação às classes comuns de ensino agregando valores igualitários para uma educação de qualidade.

Também está definido no Currículo da Educação Inclusiva uma só escola, para todos, que os professores das classes regulares devem estar preparados para atender, acompanhar, ajudar a construir uma autoimagem positiva no estudante portador de necessidade educacional especial, como também ajudá-lo na visão de mundo real, a aceitar-se como diferente.

Os objetivos da Educação Especial no Estado de Mato Grosso são os mesmos da Educação Nacional e da Educação Básica, disponível nas Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso.

Os mesmos estão apresentados a seguir: - Lei nº 9.394/2006-LDBEN: Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; Art. 22º - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores; Art. 58º - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. Estes objetivos estão fundamentados nos princípios primordiais da dignidade da pessoa humana, da busca da identidade e do exercício da cidadania.

Qualquer educando, como por exemplo, o que apresenta surdez mesmo com auxílio do intérprete de LIBRAS engaja-se no mundo da leitura, adquirindo o interesse e o hábito através de envolvimento social das atitudes, gestos e habilidades que são mobilizadas pelos leitores tanto na família e em outras esferas de convivência como na escola. Para isso torna-se importante que os discentes percebam a leitura como um ato prazeroso e necessário a sua convivência diária, pois um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, entre os textos que circulam socialmente, àqueles que podem atender a uma necessidade sua.

A leitura é um objetivo prioritário, onde os estudantes, considerando também os deficientes, possam ler textos adequados à própria idade e especificidade de forma autônoma, utilizando a leitura com fins de informação e aprendizagem, sendo esta, um dos meios mais importantes na escola para a consecução de novas aprendizagens melhorando a habilidade e a familiarização progressiva, adquirindo o hábito da mesma e para ler, qualquer leitor precisa ter acesso ao texto, cuja leitura transforma-se em objetivo, pois de acordo com Antunes (2003):

A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, a ampliação dos repertórios de informação do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas ideias, novos conceitos, novos dados, novas e

diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral (ANTUNES, 2003, p.70)¹¹.

Evidente está de que a escola interfere decisivamente na determinação desses resultados, tendo em vista que esta como qualquer outra instituição social, reflete as condições gerais de vida da comunidade em que está inserida. É verídico que a escola seja um meio próprio ao desenvolvimento leitor de cada integrante da leitura, pois envolve diferentes processos e estratégias de realização na dependência de diferentes condições do texto lido e das funções pretendidas com a mesma.

Para que os objetivos sejam cumpridos, algumas medidas de acesso de alunos ao currículo deverão ser adotadas para a Educação Especial no sistema público de ensino do Mato Grosso, tais como: Adaptação de materiais de uso comum em sala de aula, adquirir equipamentos e recursos, materiais específicos, disposição de mobiliários específicos necessários, condições físicas, ambientais e materiais para o estudante na própria escola, multiplicação dos canais de comunicação e interação escolar interna e favorecer a participação nas atividades escolares em geral e nas salas de aula.

As atividades deverão ser planejadas de acordo com o currículo escolar com base aos meios operacionais: Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico da Escola.

O atendimento aos estudantes da Educação Especial requer diferenciados níveis de especialização, pois os mesmos apresentam diferentes tipos de necessidades, sendo necessário o trabalho com recursos educacionais especiais de diversas naturezas.

No Sistema Público Estadual de Ensino de Mato Grosso, os estudantes com deficiência contarão com os Serviços de Apoio Pedagógico Especializado, classes comuns e sala de recursos multifuncionais e também com os serviços especializados: Escolas Especializadas (Centro de AEE- Atendimento Educacional Especializado da Rede Pública Estadual) e Centros de Educação Especial (Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos).

¹¹ ANTUNES, Irandé, 1937. Aula de português: encontro & interação, - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Os serviços de apoio pedagógico, bem como outras alternativas encontradas pela escola, devem ser organizados e garantidos nos projetos pedagógicos e regimentos escolares.

A Educação Inclusiva, assumida pelo Estado de Mato Grosso tem como política pública, uma visão orgânica das escolas estaduais, através do princípio de integração dos níveis e modalidades de ensino. As funções conceituais da Educação Especial são as mesmas contidas no documento das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso.

A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) adotou a opção que trabalha com as concepções epistemológicas e metodológicas, sendo negociado com professores e escolas, com o Sindicato de Trabalhadores na Educação Pública (SINTEP-MT) e com diversas instituições da área da Educação, ficando definido na proposta, uma abordagem sistêmica da educação estadual com base em uma política educacional que priorize a formação politécnica dos cidadãos mato-grossenses, através de uma só escola para todos. Uma vez que Piaget e Vygotsky estão incluídos como autores citados no documento das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso.

Para Piaget, o objeto de estudo é o sujeito epistêmico, ou seja, o sujeito do conhecimento. Vygotsky destaca o estudo e a compreensão da formação de conceitos. As contribuições desses dois pensadores tornam possível construir uma linha de fundamentação teórica no campo das práticas pedagógicas inclusivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), no Título V, Capítulo I, Artigo 21, define a composição da educação escolar nos termos da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, também a Educação Superior. No capítulo II, Artigo 22, aponta as finalidades da educação básica em uma formação comum e na preparação para o exercício da cidadania, na perspectiva de atribuir ao estudante às condições necessárias para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A educação inclusiva está definida dentro das modalidades da LDB, portanto, esta trabalha com conceitos fundamentais de educação escolar em

contínuo preparo para a vida, para o trabalho além da qualificação para uma cidadania emancipada. E, ainda, nos artigos 23 e 27 da LDB está enfatizada a flexibilidade na organização escolar e da autonomia no Projeto Político-Pedagógico.

Entretanto, faz-se necessário para que haja uma boa qualificação, a influência na leitura pelo indivíduo incluso, tanto na escola, quanto fora dela, adquirindo assim habilidades comunicativas e possibilidades de conhecimento para uma vida integrada socialmente.

O engajamento do leitor ao processo de leitura depende em larga escala de seu relacionamento com o mundo da escrita e de como essa atividade linguística se reflete em sua vida, em que essa relação do leitor com o texto escrito sofre influência de várias ordens, tais como, da família, da comunidade, da escola, cultural e de características individuais. Todos esses fatores contribuem para a formação complexa do leitor em que através desses envolvimento haja uma busca efervescente dos signos linguísticos da língua, sendo esta uma atividade ampla em que no dia-a-dia são lidos diversos tipos de textos que podem conter poucas ou uma sentença até milhares de palavras que formam milhares de sentenças.

O conhecimento prévio dos tipos de textos faz com que o leitor tenha expectativas a respeito do que vai ler. Essas expectativas se referem não somente ao conteúdo do texto, mas também à sua estrutura gramatical, ao seu vocabulário e ao formato visual.

A compreensão de um texto, o conhecimento de mundo e a experiência de vida, dependem muito da combinação de organização de informação, estrutura gramatical e vocabulário, determinando a relação entre texto e leitor.

Segundo BERENBLUM (2006), a autora discute uma política de formação de leitores:

A leitura, como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola-como lócus e como função, - mas sem dúvida não pode prescindir dela, inclusive por ser a instituição pública das mais democratizadas pela qual quase todos recentemente conseguem chegar e passar-

ainda que, em muitos casos, descontinuamente e sem sucesso (BERENBLUM, 2006, p.23)¹².

O domínio da leitura é um procedimento que pressupõe ler de forma convencional. Aprender a ler não é muito diferente de aprender outros procedimentos ou conceitos, onde o leitor deve elaborar uma interpretação para a compreensão do texto lido formando pensamentos autônomos.

A leitura é algo extremamente importante e deve ser possibilitada a todos democratizando os meios que podem contribuir para a redução da desigualdade e, sobretudo é uma atividade voluntária e prazerosa em que discentes e docentes devem estar motivados para aprender e ensinar a ler, não a considerando como uma atividade competitiva, através da qual se ganham prêmios ou sofrem sanções. Como bons leitores refugiam na leitura como forma de evasão e encontram prazer e bem-estar nela, os maus leitores fogem dela e tendem evitá-la.

Como a leitura é abrangente, é necessário articular diferentes situações, oral, coletiva, individual, silenciosa, compartilhada e encontrar os textos mais adequados para que os objetivos propostos sejam alcançados, em cada momento, sendo assim significativa correspondendo a uma finalidade compartilhada e compreensiva, conseguindo acesso ao domínio dos procedimentos através de sua exercitação compreensiva.

É importante destacar que o conhecimento numa sociedade inclusiva é como uma energia irradiadora, por isso, a pedagogia, a arte e a técnica de ensinar são profundamente necessárias, entretanto, com esta percepção, vale destacar Jaccky Biellerot (1989, p.131), afirma o autor que “esses elementos ampliam suas fronteiras em favor de uma antropologia da aprendizagem permeável a tudo que de humano possa existir”. E, nada mais humano do que o trabalho nas suas diferentes explicitações, o trabalho não apenas dignifica a vida, como a transformação pelo poder de recreação de que se impregna.

É de direito dos cidadãos portadores de necessidades educacionais especiais o prazer ao conhecimento nos processos de Educação Profissional, entretanto, a legislação em vigor concebe esses direitos e que esses processos

¹² BERENBLUM, Andréa. Por uma política de formação de leitores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

devem estar desaprisionados de esquemas inflexíveis da organização de cursos “pré-moldados”.

A organização acadêmica de Educação Profissional não pode continuar com uma compreensão única voltada para uma clientela de perfil único, pois as pessoas com suas naturezas são plurais e, contudo, devem-se sentir incluídos em um processo de Ensino com qualidade e sem preconceito/discriminação.

O Estado de Mato Grosso adota um sistema educacional de ensino pautado nos parâmetros da Educação Inclusiva atendo-se a Educação para a formação e, não, para a mera conformação legal.

É assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Com base na Constituição Federal, outras leis se sucederam, como a Lei Federal nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. A Lei Federal nº 8.213/1991, que dispõe sobre os planos da previdência, entre outras.

A partir de 1988, muitos mecanismos foram criados com o objetivo de assegurar as pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para se ter uma Educação Profissional torna-se necessário um currículo definido, pois a programação deve estar assegurada por um suporte acadêmico e administrativo-financeiro, além disso, os cursos oferecidos devem estar de acordo ao interesse do discente e sem nenhuma alteração para seus familiares para que este se sinta motivado.

A Educação Especial tem sido foco de muitas discussões em geral. A mesma tem o modelo clínico como grande prevalência nas decisões de

encaminhamentos e nas práticas pedagógicas, também nas formas de avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sifuentes (2009, p. 320), chama a atenção para o fato de que as chances de uma criança frequentar todas as etapas de ensino, com sucesso, são maiores para quem está no sistema regular. E acrescenta que as chances são ainda maiores para quem frequenta a Educação Infantil, sempre de maneira inclusiva, portanto, convivendo com a diversidade no início da vida escolar.

O Sistema Público de Ensino de Mato Grosso, em relação à Educação Especial no contexto da Educação inclusiva vincula as formas de avaliação fora do paradigma tradicional.

A perspectiva do trabalho escolar deve estar pautada em seu currículo, reconhecendo as imensas potencialidades da singularidade humana, nas formas de ensinar, aprender e avaliar dando assim satisfação a quem ele acessa e partilha.

A sociedade enfrenta sérias dificuldades em lidar com as diferenças. Há evidências de que a inclusão permeou por diversas fases em diferentes épocas e culturas. Por muitos anos, as pessoas portadoras de necessidades especiais, seja de qualquer forma que fosse era excluída da sociedade não podendo com isso usufruir de suas capacidades e habilidades.

O tratamento aos deficientes na antiguidade era assumido da seguinte forma, com rejeição e eliminação de um lado e a proteção assistencialista do outro. Eram exterminados por serem considerados empecilhos para a sobrevivência do grupo enquanto outros eram protegidos e sustentados para serem servidos à simpatia de deuses. O sacrifício de pessoas com deficiência era comum na Roma Antiga, tinham permissão para tal ato. Em Esparta tanto os bebês como as outras pessoas deficientes eram lançadas ao mar ou em precipícios. Logo, em Atenas, com a influência Aristotélica de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça”, a sociedade amparava e protegia os deficientes.

As pessoas que apresentavam deficiência, na Idade Média, em países europeus, eram postas às margens da sociedade por serem consideradas inválidas sendo perseguidas e mortas. Por esse motivo os pais que tinham

filhos com deficiência, escondiam e privavam os mesmos da convivência comunitária e social.

O medo e a rejeição eram constantes nas pessoas, limitando-as de uma convivência sadia e das ideias de promoções interventivas em ambientes diferenciados, sendo esta prática incomum entre os indivíduos. Assim, o que restava era um convívio degradado em sociedade.

Ainda na idade média as pessoas com deficiência mental eram compreendidas como loucas e criminosas, também consideradas como possesas pelo demônio. Em relação aos cegos e aos surdos, a estes eram atribuídos poderes sobrenaturais.

Finalmente, cristãos, filósofos nessa época passam a ter uma visão diferente em relação às pessoas deficientes. A sociedade, com a influência do cristianismo, passou a ter uma visão abstrata de homem como ser racional, criação e manifestação de Deus.

A partir de então, com esse novo paradigma as causas das deficiências passaram a ser vistas como doenças hereditárias, males físicos ou mentais. Por volta de 1962, surge na França, iniciativas criadas por Jean Paul Bonet, com a finalidade de ensinar mudos a falar. Em sequência, as primeiras instituições são fundadas em Paris, com suas especificidades educacionais de pessoas com deficiência, assim como, a educação de surdos com o abade Charles Eppé a qual criou o método de sinais para a comunicação dos surdos.

Em relação às pessoas cegas, para que obtivesse independência comunicativa e educativa, Valentim Hauy, fundou em 1784, O instituto Real de Jovens Cegos, em Paris, trazendo assim, perspectiva de vida a essas pessoas, pois a partir dessa conquista poderiam fazer a leitura tátil pelo sistema de letras em relevo. Louis Braille foi um aluno, em que mais tarde cria o sistema de leitura para pessoas cegas.

2.2. A criação de instituições no Brasil com a perspectiva de implantação de programas para a reabilitação e educação especial

Em 1854, foi criada no Brasil a primeira escola para deficientes, O Imperial Instituto de Meninos Cegos, depois passando a ser chamado de Instituto Nacional de Cegos e hoje, conhecido como Instituto Benjamim Constant.

Foi criada também a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), neste mesmo período, com o objetivo da implantação de programas de reabilitação e educação especial.

No final do século XVIII, aqui no Brasil, havia o acolhimento das pessoas portadoras de necessidades especiais nas Santas Casas, as quais recebiam alimentação, abrigo e até mesmo instruções junto às crianças ditas normais.

A partir de então, no início do século XX, pela concepção médica pedagógica, passaram a receber orientações pedagógicas das escolas e da formação de professores voltadas para as causas biológicas da deficiência.

Houve um avanço considerável, em relação aos estudos em educação especial no Brasil. Isso aconteceu por volta da década de 1990 e início do século XXI, com ações governamentais específicas à Educação Especial.

A partir daí, tornaram constantes lutas pela igualdade política e educacional, para que os portadores de necessidades especiais pudessem ter assegurados suas oportunidades e seus direitos de igualdades na Educação. Com isso na década de 1960, surge a proposta de integração escolar, em que as crianças pudessem conviver em um ambiente mais normalizado.

No modelo de integração escolar, a educação está mais voltada às questões clínicas, neste contexto acaba gerando uma modalidade de educação especial dentro da instituição regular de ensino, enquanto que na inclusão, o ambiente escolar é preparado de forma respeitável em atender as necessidades de todos os estudantes, inclusive dos portadores de necessidades especiais.

Analisando esses argumentos, o provável é que seja o sonho de todos por uma educação mais justa e igualitária em que a diversidade seja respeitada sentindo-se em um ambiente sincero e acolhedor.

Para Maria Tereza Mantoan (2006)¹³, na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.

Entretanto, a percepção disto, é que as escolas devem estar preparadas para o atendimento dos alunos com suas especificidades.

A escola precisa atentar-se para cada peculiaridade do discente dando a atenção necessária a cada um deles em sua diversidade, pois a escola inclusiva está relacionada a todos que necessitam de atenção especializada nas mais diversas situações e não somente voltada a aluno com deficiência.

Uma educação inclusiva busca melhorar a qualidade de ensino das escolas, atingindo todos os discentes inclusos, tendo em vista que estes estudam fazendo o uso de suas melhores inteligências, tanto dentro, quanto fora da sala de aula.

A discussão da prática inclusiva consiste no reconhecimento de igualdade de valores entre os seres humanos e suas decorrentes necessidades de participação em uma sociedade integradora, justa e igualitária.

Como afirma FAURE (1972)¹⁴, “todo o ser humano é educável, vem ao mundo com um lote de potencialidades que tanto podem abortar como tomar forma em função das circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis onde é chamado a evoluir”, por isso que a formação dos educadores é primordial no processo do ensino/aprendizagem.

De acordo com a Declaração de Salamanca, a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, reflete-se sobre o desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade.

¹³ MANTOAN, Maria Tereza, E. PRIETO, Rosângela G. & ARANTES, Valéria, A. (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

¹⁴ FAURE, Edigar. Aprender a ser. Tradução de Maria Helena Cavaco e Natércia Paiva Lomba. São Paulo: Livraria Bertrand, 1972.

É fundamental a construção de políticas de formação, financiamento e gestão para a transformação da estrutura educacional assegurando a condição de acessos a todos os estudantes em que a escola seja um espaço que reconheça e valorize as diferenças.

Em relação às práticas pedagógicas para surdos, desde muito tempo foi marcada pelas representações dos ouvintes e sempre teve como objetivo a aquisição da oralidade, havendo o entendimento da importância da mesma na aprendizagem da leitura para o educando. A audição foi sempre valorizada para a educação de surdos.

Pereira (2000) entende que a literatura linguística se refere às duas concepções mais comuns de linguagem/língua, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e a concepção de linguagem como atividade discursiva.

Há várias concepções de linguagem referente à comunicação humana que se segue desde o século XIX até aos dias atuais. Barros (2004) difere o modelo linear do modelo circular da comunicação da seguinte forma: no modelo linear a transmissão de informações é a principal função da linguagem, pois entende a mesma como um instrumento de comunicação em que um emissor comunica uma mensagem a um receptor através dos sistemas fonéticos, gramaticais e lexicais. O modelo circular da comunicação considera a comunicação como um sistema interacional em que apenas os efeitos da comunicação sobre o receptor, mas também dos efeitos produzidos da reação do receptor sobre o emissor.

Segundo Pereira (2000) a prática educativa implica na adoção de uma ou de outra concepção de linguagem tanto com estudantes surdos como com ouvintes. Ambos foram ensinados por muito tempo na sequenciação aditiva em que nesse sistema era valorizado somente a simples decodificação de palavras para se chegar ao sentido do texto. Também tinham que decorar as regras, porém, os surdos recebiam um ensino sistemático e padronizado de vocábulos.

Em meados do Século XX, a luta contra a discriminação e preconceito das pessoas portadoras de necessidades especiais tomou força em nível mundial fortalecendo dessa forma a inclusão nos espaços escolares.

Com esse novo desafio, a Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien no ano de 1990, chama a atenção dos países para promover transformações nos sistemas de ensino, pois o índice de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização era muito alto.

A educação deve ser de qualidade para todos e para que assim aconteça torna-se necessário à implementação de ações voltadas para a universalização do acesso no âmbito escolar da educação fundamental, a oferta da educação infantil nas redes públicas de ensino, a estruturação do atendimento às demandas da alfabetização e também da modalidade de educação de jovens e adultos, além da gestão democrática da escola.

A Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais, Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO em 1994, em relação ao movimento político de educação para todos, propõe o aprofundamento da discussão acerca da escola não acessível a todos os estudantes.

No documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, ainda diz que as escolas comuns representam como eficaz o meio para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1997, p. 17 e 18)¹⁵.

A inclusão escolar começa a ser gestada a partir de mudanças nas políticas públicas ao repensar o espaço escolar, dos movimentos de agregação e não da exclusão. Vygotsky e Bakhtin tem uma concepção histórico-cultural na reorientação da prática pedagógica a fim de que uma classe inclusiva atinja seu potencial de aprendizado considerando e valorizando as diferenças em seu processo.

Esses autores apresentam uma grande sintonia em relação ao homem e a linguagem, desta forma, destaca a importância das relações sociais para o

¹⁵ BRASIL, 1997, p. 17 e 18.

desenvolvimento do indivíduo compreendendo o homem como ser social, histórico e cultural. Também compreendem que a linguagem é um lugar central na constituição da consciência e que todo comportamento humano é mediado por signos.

Ainda para os autores há a concepção do sentido, a qual é como um campo bem mais amplo de significação sendo dinâmico e flexível, mediante as diversas situações concretas a qual pode fazer parte.

O documento Política Nacional de Educação Especial foi publicado pelo Brasil em 1994, o qual fundamentou-se no princípio da normalização, se alicerçando no paradigma integracionista. Esse documento teve foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo características físicas, intelectuais ou sensoriais aos estudantes.

Fica definido no Brasil por esse documento modalidades de atendimentos tais como: escolas e classes especiais; o atendimento domiciliar, em classe hospitalar e em sala de recursos; o ensino itinerante, as oficinas pedagógicas; a estimulação essencial e as classes comuns. Dessa forma a educação especial se mantém como uma estrutura paralela e substitutiva.

Com relação aos estudantes com deficiência no ensino regular, o conceito que orienta quanto à matrícula em classe comum expressa o seguinte:

Ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também, são matriculados em processo de integração instrucional, os portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (Brasil, 1994, p. 19)¹⁶.

Essa política deveria, ao invés de promover mudança de concepção, construir um novo paradigma educacional, propondo alternativas de formação e implantação de recursos nas escolas que respondem às demandas dos sistemas de ensino.

É importante destacar que para Vygotsky e Bakhtin a formação e transformação do homem são determinadas pelos fatores e condições

¹⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Corde.

históricas e sociais, sendo o homem um produto do seu tempo, do meio em que a influência, da forma como o vivencia, o interpreta e o concebe.

Dessa forma, o homem torna um produto de suas próprias experiências e concepções de mundo, sociedade e de si próprio ao longo da vida, assim:

O desenvolvimento psicológico humano é essencialmente um desenvolvimento histórico cultural, único e irrepetível para cada ser humano e produto das vivências pessoais que o contexto social e cultural produzem, nos que vivem mediado por seus conteúdos psicológicos já formados. (BEATÓN, 2005, P. 55)¹⁷.

Os instrumentos culturais contribuem para a formação do sujeito em sociedade constituindo sua interiorização progressiva e psicológica, apropriando-o como sujeito na medida em que forma. Com a Constituição Federal de 1998, A proposta de um sistema educacional inclusivo passa a ser percebida em sua dimensão histórica.

A ONU outorgou em 2006 a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência a qual foi ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do decreto Legislativo 186/2008 e pelo decreto Executivo 6949/2009. Este documento sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

Segundo a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das nações Unidas (ONU) “Pessoas com deficiência são àquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e afetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

De acordo ao paradigma da inclusão, as pessoas com deficiência devem viver de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. É importante ressaltar que quando se refere ao termo inclusão, entende-se que a mesma deve ser vista, analisada e estudada num âmbito que agregue todos os valores do cidadão, desde o momento em que o mesmo

¹⁷ BEATÓN, G. A. La persona en el enfoque histórico cultural. São Paulo: Linear B, 2005.

tenha sua matrícula realizada na instituição de ensino quanto fora dela na convivência em sociedade.

Com isso pode se destacar a Leitura como um fator primordial na vida do estudante, pois para se ter um conhecimento de mundo amplo é preciso ter o hábito de ler e ler tudo o que está a sua volta. Entretanto, espera-se da escola e da sociedade que estejam comprometidas com a leitura, formando leitores críticos para toda a vida. Com base na abordagem comparativa sobre a leitura e a escrita, feita por Kleiman (2000) e Matêncio (1994), a leitura e a escrita tornam-se um fator de reflexão, pois são muitas as dificuldades encontradas pelos estudantes na concepção das mesmas, mas isso devido a uma inadequação na prática escolar no desenvolvimento correspondente ao ler e escrever.

A prática de leitura em sala de aula contribui significativamente para o processo de ensino/aprendizagem. Nesse sentido Kleiman afirma que:

A prática de sala de aula, não apenas da aula de leitura, não propicia a interação entre professor e aluno. Em vez de um discurso que é construído conjuntamente por professores e alunos, temos primeiro uma leitura silenciosa ou em voz alta do texto, e depois, uma série de pontos a serem discutidos, por meio de perguntas sobre o texto, que não leva em conta se o aluno de fato o compreendeu. Trata-se, na maioria dos casos, de um monólogo do professor para os alunos escutarem. Neste monólogo o professor tipicamente transmite para os alunos uma versão, que passa ser a versão autorizada do texto (KLEIMAN, 2000, p.24)¹⁸.

A leitura deve ser trabalhada pelo professor através de uma metodologia que envolva os discentes ouvintes quanto os portadores de necessidades especiais como os surdos de forma prazerosa e significativa nesse processo, pois é através desse contexto que vão compreender e aprimorar o aprendizado.

A escola como instituição formadora precisa converter o processo de leitura em objeto de aprendizagem preservando sua natureza e complexidade

¹⁸ KLEIMAN, Ângela. A concepção escolar da leitura. In: Oficina de leitura. Teoria e Prática. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

trabalhando com diversidades de textos entre si. Os Parâmetros curriculares nacionais de Língua Portuguesa (2001)¹⁹ ressaltam que:

Se o objeto é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. Principalmente quando os alunos não têm contato sistemático com bons materiais de leitura e com adultos leitores, quando não participam de práticas onde ler é indispensável, a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficazes. (BRASIL, 2001, p.55)

É a escola que oportuniza algo tão inevitável como a leitura, dessa forma é possível que os discentes se tornem cidadãos capazes de interagir não somente com as obras oferecidas em instituições de ensino, bem como no mundo e à sua volta mergulhando na infinita busca do conhecimento.

Um leitor competente consegue interagir e cooperar na interpretação e intenção com a qual o autor construiu sua produção escrita. Para isso, o leitor deve buscar outras fontes de conhecimento para chegar ao resultado desejado. Gilda Menezes em seu livro: como usar outras linguagens na sala de aula, mostra a necessidade de buscar outras fontes de leitura. Para a autora, ler é estar psicologicamente disposto a fazer perguntas, buscar respostas e, preferencialmente, saber onde encontrá-las. Além disso, uma pergunta do leitor fará parte de uma incansável busca pela resposta. Para que a leitura em sala seja significativa, esta precisa ser realizada de diferentes formas. O aluno precisa sentir prazer em ler e os textos, serem cuidadosamente selecionados pelo professor, para que a leitura alcance os objetivos pretendidos.

Através do envolvimento social é que muitas vezes as pessoas passam a ter o interesse e o hábito pela leitura não deixando de lado a mobilidade da família motivando a criança mesmo antes de ir à escola para esta conquista e isso faz com que o discente perceba a leitura como um ato prazeroso e necessário à sua convivência diária, pois um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, entre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua.

¹⁹ Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª Ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

Com o início da história da educação inclusiva no Brasil, na década de 70, algumas escolas passaram a aceitar discentes com necessidades especiais, desde que conseguissem adequar ao plano de ensino da instituição.

Em relação às normas exigidas para acessibilidade nas escolas, existe atualmente a construção das rampas, corrimões e outros elementos para facilitar a vida dos portadores de necessidades especiais. Também, nos currículos dos cursos superiores, as diretrizes colocam o ensino de Libras, entre outras ações, visando à inclusão escolar.

Há décadas, a Educação Inclusiva e Especial vem sofrendo com a influência do pensamento social vigente. A escola do passado não era pensada para todos, os discentes que não estavam nos “padrões” esperados estes eram excluídos da escola comum e encaminhados para a Educação Especial.

Com isso surge a Educação Especial para atender uma parte destes excluídos que são os deficientes. De início esses deficientes eram atendidos em ambientes específicos para cada tipo de deficiência, porém, ainda não se pensava em escola para todos. Cada tipo de deficiência era acolhido de maneira diferenciada em cada momento histórico. As Legislações que regulamentam a Educação Especial no Brasil são: Constituição Federal de 1988 - Educação Especial; a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN - Educação Especial; a Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial; a Lei nº 8859/94

Estágio; a Lei nº 10.098/94 - Acessibilidade. Lei nº 10.436/02 - Libras; a Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência; a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 - Passe Livre; a Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 - FUNDEF; a Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência; a Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental e o Plano Nacional de Educação - Educação Especial.

3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação atual está vivenciando um momento de grandes mudanças e transformações referente aos estudantes deficientes/portadores de necessidades especiais. Os debates são contínuos.

O ensino deve contemplar satisfatoriamente todos os discentes. A importância da leitura para os alunos do ensino fundamental é iminente, porém, há um grande desafio na constituição da mesma. Os educadores devem estar preparados para trabalhar as possibilidades de cada educando inserido no contexto escolar.

Os discentes inclusos devem estar juntos aos demais na turma, pois o processo de aquisição da linguagem se dá também e principalmente para o aluno surdo na interação com os outros, mesmo com o auxílio do intérprete, torna-se necessário que estejam envolvidos compartilhando suas atividades.

Para o desenvolvimento da aprendizagem, é preciso que o professor proponha estratégias criativas para o envolvimento dos educandos nas diversas possibilidades da leitura. Para o aluno surdo, deve se propor atividades que o envolva totalmente no interesse pelo aprender.

Através das leituras realizadas dos diversos textos e das produções feitas é que os discentes tanto os inclusos quanto os considerados normais vão se aderindo ao gosto pela mesma e com isso agregando conhecimentos linguísticos, pois quanto mais se lê mais conhecimento adquire.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a leitura possui uma importantíssima função no processo de ensino/aprendizagem, pois através da habilidade leitora pode se tornar proficiente em todas as disciplinas.

As leituras devem ser realizadas tanto dentro da escola quanto fora dela, onde os discentes poderão fazer suas próprias escolhas do que lê, porém, os surdos que mesmo sendo capazes de tal habilidade, deverão receber o apoio familiar em relação ao aprendizado da mesma.

Nesse sentido, uma política interna na escola, de formação leitora, deve envolver todos os professores num trabalho coletivo para que se tenha um resultado satisfatório.

É óbvio que exista um grande empenho pelos profissionais da educação bem como dos discentes na aquisição de habilidades leitora, e para isso também é necessário o esforço da família, principalmente para os portadores de necessidades especiais, como os surdos, pois os mesmos aprendem, mas de início a Língua Portuguesa se torna mais complexa.

Isso acontece devido ao seu primeiro contato com a língua de sinais, sendo a mesma sua primeira língua e em consequência de se deparar na escola com a Língua Portuguesa e a partir de aí ter que compartilhar e adquirir linguisticamente o envolvimento com a mesma. Dessa forma, a aprendizagem dessa nova língua se torna um desafio para o educando incluso surdo.

3.1. A Necessidade da Leitura na Educação Especial

Na educação há tempos vem ocorrendo debates sobre a Educação Inclusiva. Vale destacar a Leitura como fator primordial nesse processo. A atividade leitora para os portadores de necessidades especiais favorece o seu desenvolvimento crítico e intelectual, bem como estimula o seu imaginário.

Não existe deficiência sensorial que se torna barreira para o desenvolvimento psíquico do educando. Vygotsky (1989) escreveu com base na personalidade de Stern que:

As funções particulares podem representar um desvio considerável da norma e, porém, a personalidade e o organismo em geral podem ser totalmente normais. A criança com defeito não é necessariamente um deficiente. Do resultado da compensação, isso é, da formação

final de sua personalidade em geral, depende o grau de sua deficiência e normalidade (VYGOTSKY, 1989 b, p. 84)²⁰.

É evidente que o aluno especial, seja com qualquer tipo de deficiência, como o surdo em questão, capaz de desenvolver habilidades de aprendizagem, pois os mesmos se relacionam com os processos simbólicos da mesma forma dos que não apresentam deficiências.

Uma escola deve conter em seu interior a preocupação com a linguagem inclusiva de estudos voltados para a habilidade leitora, promovendo meios de incentivo da mesma em um contexto de aprendizagem significativa e ainda, não se limitando às diferenças permeadas por identidades culturais e sociais múltiplas, havendo o comprometimento da educação com suas ações.

Numa sociedade inclusiva, deve estar garantido o direito ao exercício da cidadania independente de gênero, origem socioeconômica, escolaridade, opção sexual, religião, cor, idade, raça e deficiência. Também não podendo haver nenhum tipo de discriminação ou segregação independentemente de qualquer que seja.

A escola deve agregar a leitura como algo necessário para o aprendizado do aluno incluso, principalmente referente ao aluno surdo. Nesse contexto percebe-se a necessidade urgente de adequação das políticas públicas educacionais escolares, por que mesmo com os estudos e debates, ainda há a preocupação por parte dos profissionais da educação. Isso ocorre muitas vezes por falta de apoio ao trabalho coletivo e também por não haver materiais pedagógicos apropriados ou conseguintes por interesses próprios.

Ao se tratar de leitura também se concentra no processo de escrita, que se o aluno surdo como qualquer outro considerado normal dominar bem a leitura, escreverá bem também seus textos.

O contexto educacional é desafiador havendo uma inquietação referente ao novo por parte dos envolvidos/comprometidos. Haja vista que trabalhar a leitura num contexto inclusivo exige muito da habilidade profissional. Os docentes devem estar preparados para esta tarefa árdua, mas que não é impossível.

²⁰ VYGOTSKY. L. S.A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A linguagem é inerente ao ser humano, pois por meio dela se organiza e interpreta o mundo. Outro fator importante é o processo de letramento do aluno surdo, sendo este, pois não se dá apenas no fato de saber ler e escrever, mas se refere ao uso competente e frequente da leitura quanto da escrita.

O processo de letramento envolve as práticas de natureza cognitiva, social, cultural, histórica, ideológica quanto afetiva. Dessa forma, a mesma se torna ampla em um mundo com significados evolutivos e possíveis de serem conquistados pelo mundo leitor em sua constante transformação na educação dos surdos.

No processo de letramento, a leitura e a escrita são distintas e devem ser discutidas na formação dos discentes inclusos. Tanto as pessoas excluídas quanto às demais da sociedade devem buscar solução para os problemas de equiparação de oportunidades. Entretanto, há um processo de adaptação pela sociedade em seu método inclusivo em relação às pessoas com necessidades especiais.

Nessa perspectiva, leis foram criadas para garantir os direitos fundamentais e a inclusão como, por exemplo, a Lei Federal nº 10.436, de 2002 e o Decreto 5.626, de 2005 que reconheceu a LIBRAS como língua oficial da comunidade surda, instituindo-a como legítima em uma educação bilíngue para surdos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a Lei Contra o Racismo (BRASIL, 2000). Para educação, tem-se a Política de Educação Inclusiva (BRASIL, 1994), a Política de Cotas para Negros (BRASIL, 2004) e o Programa Universidade para todos- PROUNI (BRASIL, 2005), entre outros documentos vigentes²¹.

Como um processo social, a educação deve transmitir aos sujeitos um aprendizado que possibilite sua atuação competente e autônoma quando já não estiver mais neste processo educativo, estando preparados linguisticamente para usufruir de seus direitos.

A escola atual visa atender os quatro pilares da educação recomendados pela UNESCO: aprender a ser, aprender a aprender, aprender a

²¹ A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) que foi criada em (6 de julho de 2015), entrou em vigor em (2 de janeiro de 2016) representou um grande avanço na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

fazer e aprender a conviver, dessa forma sabe-se como chegar às informações e ao conhecimento como também a melhorar suas condições de vida, entretanto também compreende que a convivência mútua com os outros, a passividade e a harmonia vivem-se tendo dignidade.

As escolas precisam incluir todos os estudantes portadores de necessidades especiais, como foi firmado na Conferência de Salamanca e para isso precisam modificar seu funcionamento desenvolvendo uma pedagogia que atenda a esse paradigma inovador, por isso,

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os seguimentos que a compõe e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social (GLAT e BLANCO, 2007, p.16)²².

A educação brasileira apresenta problemas que carecem de atenção, pois mesmo com a preocupação do governo e do investimento no setor pela iniciativa privada, o acesso à educação é desigual, tanto no sistema público quanto no privado, havendo diferentes níveis, quanto às disparidades regionais e grupos sociais.

Vale ressaltar, que o fracasso escolar não se define unicamente ao sistema, como também aos problemas de ordem socioeconômica, políticos, de origem orgânica, psicossocial e familiar. Todos esses fatores são responsáveis pelas elevadas porcentagens de fracasso escolar.

É notório que existe uma grande dificuldade da escola em lidar com a grande diferença existente, isso retrata a não percepção da diversidade a sua volta. Uma escola inclusiva, além de proporcionar uma educação de qualidade a todos tem como princípio, eliminar atitudes discriminatórias, acolher a todos e conscientizar a sociedade. Isso requer providências para o bom funcionamento do ensino inclusivo, mas, para tanto deve-se levar em conta as peculiaridades de cada região, para que as transformações aconteçam de forma eficiente.

²² Glat, R.; Blanco, L. M. V. (2007). Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: Glat, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro, 7 Letras, p. 16.

Para que o aluno permaneça na escola, dependerá de suas famílias e também dos próprios discentes e do tipo de atendimento escolar oferecido institucionalmente, assim sendo:

Para que uma escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais de que outros de ajudas e apoios diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização. Essa postura representa uma mudança na cultura escolar. Pois, sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos que precisam de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender, qualquer proposta de Educação inclusiva não passa de retórica ou discurso político (GLAT e BLANCO, 2007, p. 28).²³

As relações estabelecidas no ambiente escolar refletem na evolução dos discentes interferindo em sua aprendizagem, por isso, devem ser trabalhadas com os estudantes, atitudes de aceitação e cooperação entre os mesmos, como também desenvolver um padrão de comportamento, de acolhimento e o respeito às diferenças individuais.

A inclusão deve estar fundamentada no reconhecimento e valorização da diversidade partindo de princípios étnicos garantindo as oportunidades e participação de todos, independente das peculiaridades de cada indivíduo. Portanto, esta depende da mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, mas com a reflexão de todos.

A sociedade deve ter um novo olhar às diferenças humanas devendo ser assumido por todos os profissionais da educação, onde o trabalho interdisciplinar proporciona avanços significativos nesse processo educativo tendo grande importância neste grande desafio.

A educação inclusiva está ligada a um processo gradual e interativo partindo de um respeito singular das diferenças de cada ser humano propondo respostas às necessidades e particularidades, pois uma educação de qualidade consiste na valorização das diferenças, no resgate dos valores culturais, os quais fortalecem a identidade individual e coletiva bem como o respeito de aprender e construir.

²³ Idem.

Cada estudante possui suas características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, sendo função da escola trabalhar com essas diversidades e para tanto, os profissionais devem estar dispostos e preparados para esta formação.

A perspectiva de avanço em universalização e atenção a diversidade na educação brasileira se deu com a Resolução Nº 02/2001 do MEC que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Embora, a maioria das escolas brasileiras tem dificuldade para receber, aceitar e trabalhar com a diferença, na verdade ainda falta preparo para lidar com o processo de leitura na inclusão, pois, não simplesmente recebê-los, mas o dever de se ter o preparo cabível para trabalhar com eles.

Espera-se que haja consolidação no processo de inclusão em um novo contexto educacional que atenda à diversidade e às mais distintas características individuais, pois a inclusão escolar depende de toda a sociedade e dos muitos interesses presentes na dinâmica social.

As escolas devem estar abertas para a inclusão, portanto também preparadas para trabalhar com essas diferenças, como afirmam Ferreira & Guimarães (2003): “Os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São, estão diferentes de direito”.

Percebe-se então que cabe uma reflexão sobre igualdades e diferenças na concepção da escola, na inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais onde possam ter oportunidades de conviver e estudar em um ambiente comum a todos.

3.2. O Aprendizado da Leitura pelo Discente Inclusivo

Em pleno século XXI, pensando uma escola que engloba em seu contexto a leitura como parte integrante de um sistema educacional inclusivo, em que o discente entenda a importância da linguagem em sua interação com os demais e consigo mesmo, podendo se sentir intelectualmente leitor tanto na utilização da sua língua materna quanto na segunda língua que é a Língua Portuguesa, vale ressaltar os benefícios de aprendizagem adquiridos pelos educandos inclusos em seu processo de aprendizagem e também em sua socialização com as outras pessoas.

Levando em consideração o campo da linguagem e que a mesma é muito importante nos processos de pensamento, assumindo forma linguística, pois é um fenômeno em grande parte mental podendo ser considerada como um ramo da Psicologia.

As línguas possuem estruturas grandiosas na qual o indivíduo pode aprender identificar e descrever as mesmas de forma detalhada. Todas as frases da língua que se fala provêm de uma competência linguística significativa sendo a linguagem um tipo de comportamento humano muito complexo em relação ao considerado pelos estudiosos.

A linguagem humana merece uma atenção mais profunda em relação aos seus conceitos, sua complexidade, sua estrutura, enfim, uma análise gerativa da mesma pelos estudiosos e psicólogos, pois sem dúvida repensaria rapidamente suas teorias sobre o comportamento humano.

Buscando atender o que estabelece na Lei nº 9394/96, Artigo 59, que todos os sistemas de ensino devem se organizar para assegurar aos alunos com deficiências “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender as suas necessidades”.

A Declaração de Salamanca contra a Discriminação das pessoas portadoras de Deficiência aconteceu em 1994 com mais de trezentos participantes com representação de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais com a finalidade de promover uma Educação Inclusiva para todos.

É correto afirmar, que quando se diz em educação inclusiva, esse termo se refere globalmente na inserção do indivíduo em todo contexto que o circula indo desde o seu primeiro contato familiar enquanto criança até o seu entorno social. Dessa forma a sua aprendizagem linguística se inicia com a família, depois escola e pôr fim a sua interação e aprendizagem com a sociedade.

Os estudos e discussões são contínuos como a organização da Conferência que foi realizada pelo governo da Espanha com a Cooperação da UNESCO, congregando altos funcionários da Educação, administradores responsáveis pela política e especialistas, bem como representantes das Nações Unidas e das Organizações Especializadas, bem como, outras organizações participantes, tais como, as governamentais internacionais, as não governamentais e também os organismos financiadores.

A política proposta nesse discurso tinha como princípio a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade. Segundo Bueno (2008), a primeira tradução impressa da Declaração de Salamanca, publicada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, em 1994, assumia uma orientação integradora.

Em 2007, há uma alteração pela mesma Coordenadoria dessa tradução com a substituição de integração por inclusão gerando um dilema conceitual e de fundamentação de política.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN n. 9394/96, que trata sobre a Educação Especial, foi um dos marcos para a Educação Brasileira na década de 1990. É definido nessa lei, que o atendimento de alunos com deficiência é dever do Estado e sua educação deve ser pública, gratuita e preferencialmente na rede regular de ensino.

No entanto, são as parcerias que contribui para essa lógica de atendimento, como afirma o documento da Secretaria de Educação Especial: “É necessário ampliar o nível de participação social na implementação do atendimento, buscando todas as forças existentes na comunidade” (BRASIL, 1994, p.29).

Compreende-se por um lado, que as políticas de integração das pessoas com necessidades especiais foram traçadas pelo Governo Federal e por outros, as medidas que assegurariam tal política foram delegadas aos Estados,

Municípios e às ONGS. Em 2000, foi promulgada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, a resolução que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

Foi normatizado no Brasil pela Resolução CNE/ CEB2/2001 (BRASIL, 2001), as premissas inclusivas que estavam no debate internacional, expressando o modo pelo qual a política nacional incorporou as ideias que se firmaram como hegemônicas no campo da Educação Especial.

Com as indicações encontradas na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), abriu-se o foco de atenção para uma diversidade de sujeitos muito grande e fora das características de atuação da Educação Especial no Brasil.

A Declaração de Salamanca visa um ensino inclusivo com base na dignidade humana e de inserção plena de direitos constitucionais. Assim sendo, trata-se na Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (SALAMANCA, 1994, p. 61)²⁴.

A discussão da prática inclusiva consiste no reconhecimento de igualdade de valores entre os seres humanos e suas decorrentes necessidades de participação de uma sociedade integradora, justa e igualitária.

Diante do exposto acima sobre os valores e integração dos alunos portadores de necessidades especiais devem ser refletidos o conceito de linguagem e pensamento que são fatores ligados entre si e que apresenta grande importância no aprendizado dos discentes nesse processo.

A inclusão caminha junto com a leitura e conseqüentemente com a linguagem e pensamento, acredita-se dessa forma as pessoas terão entre si uma boa forma de percepção, interação e compreensão.

²⁴ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

Há uma grande importância da linguagem na formação e desenvolvimento da conduta da criança. A influência acontece primeiramente de fora para dentro e depois de dentro para fora. Os pais se utilizam da linguagem para controlar a conduta da criança no início, com o passar do tempo isso acontece pela própria criança, ocorrendo pela linguagem interiorizada que antes era controlada de forma verbal pelos pais.

As pessoas com deficiência devem ter os mesmos direitos, como qualquer outro cidadão, sendo incluídos e não discriminados pela sociedade. Deve ser propiciado pela escola um ambiente que favoreça a igualdade, a oportunidade e a participação de todas as crianças, portanto, para que isso aconteça é preciso que se mantenha uma efetiva educação. No documento Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, referente ao combate as atitudes discriminatórias ressaltam que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18)²⁵

A inclusão se fundamenta numa filosofia de reconhecimento e valorização da diversidade na constituição de qualquer sociedade, onde todas as pessoas devem estar incluídas. A Declaração de Salamanca (apud MEC) tem como princípios: - Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; - Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; - Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta à vasta diversidade de tais características e necessidades; - Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro

²⁵ Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos humanos. Coordenadoria nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2.ed. Brasília, DF: CORDE,1997.

de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; - Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. Diz ainda, a Declaração:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (SALAMANCA, 1994, p. 61)²⁶.

Para que haja sucesso na construção do conhecimento das pessoas com necessidades especiais, inclusive quando se trata da leitura, é necessário à formação e o empenho dos profissionais da educação criando expectativas de uma educação sem fronteiras, alcançando o objetivo da inclusão sem discriminação.

A ausência de equipes multidisciplinares é outro obstáculo que impossibilita um conhecimento adequado aos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais). A educação contribui na formação do cidadão proporcionando-lhe um leque de possibilidades de conhecimento cognitivo e linguístico de um pensamento sólido capaz de redescobrir sua capacidade criativa na construção de novas possibilidades de aprendizagem.

A leitura predomina na base do conhecimento humano, fazendo com que o sujeito se torne crítico construtivo para o seu bem-estar na participação social. Dessa forma proporciona ao cidadão o respeito, livre de preconceito e com noções igualitárias. A inclusão deve ser em todos os aspectos, pois não

²⁶ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais - Acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

basta garanti-la apenas em sala de aula, pois todos os sujeitos devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

Todo preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência é crime. Isso está bem definido no documento nomeado como Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo decreto nº 3.956/2001.

A igualdade deve ser garantida, mas a sociedade ainda não sabe conviver com a diversidade tornando assim sofrimento para as pessoas com necessidades especiais e também para seus familiares.

Deve ser esclarecido à população e esta deve entender que a inclusão é uma obrigação para com o próximo. O documento da Convenção de Guatemala é aprovado em Assembleia Geral e resolve adotar a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não serem submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano, sendo:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos (SALAMANCA, 1994, p. 5-6)²⁷

Para que haja um desenvolvimento social sustentável é necessário o direito a igualdade à todas as pessoas sem distinção e preconceito. Haja vista nos currículos escolares esta inclusão, porém há o despreparo e a falta de estrutura. Neste contexto é válido destacar, que o trabalho do professor é fundamental e este devendo estar preparado, pois as pessoas com necessidades especiais têm seus direitos assegurados para usufruir da escola regular como todos e qualquer cidadão, sendo garantidos serviços específicos para contribuição de sua formação cognitiva, afetiva e social.

²⁷ SALAMANCA, 1994, p. 5-6

A escola deve ser um porto seguro para as pessoas com necessidades especiais, transmitindo conhecimento e qualidade de ensino, propondo aos educandos um lugar sem preconceito, discriminação, tolerância e respeito à diversidade.

Portanto no livro: Acesso de Aluno com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, publicado pelo PFDC (Procuradoria Federal do Cidadão) diz:

Colocar a aprendizagem como eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos aprendam; - Garantir tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência; - Garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino;- Abrir o espaço para que aja cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; - Estimular e formar continuamente valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem dos alunos (PFDC, 2004, p. 31)²⁸.

Para atender alunos com deficiência a escola precisa ter um grande compromisso social garantindo a aprendizagem como direito e dever de todos. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), deve haver a inclusão na Educação Básica atendendo uma política de integração dos discentes portadores de necessidades Educacionais Especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino e, para tanto é necessário que os professores tenham conhecimento à educação desses alunos.

Para que se efetive a educação inclusiva, os Educadores da Educação Básica devem desenvolver competências para trabalhar com os alunos que apresentam tais necessidades especiais. Sendo aprovada a Resolução nº 02/2001, do CNE e da Câmara de Educação Básica, instituindo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a qual reforça além da capacitação dos profissionais do Ensino Regular, como também, de docentes especializados para atender de maneira diferenciada as necessidades dos Educandos. (CNE, Art. 8, inciso I).

²⁸ PFDC, 2004, p. 31.

O educando especial deve ser tratado de igual modo estando amparado perante a lei, entretanto o atendimento na escola regular deve ser oferecido de forma a atender suas necessidades apresentadas. O ensino deve ser de qualidade contemplando a formação leitora e os elementos básicos de sua língua materna compreendendo a aquisição e o desenvolvimento da linguagem adquirindo a competência linguística de uma segunda língua.

A leitura é um instrumento importante para novas aprendizagens, sendo conhecido como conceito de decodificação de palavras, porém a mesma não deveria ser vista somente como ato de decodificação de palavras, mas sim como um processo de ensino/aprendizagem, pois a mesma exige sacrifício sendo um ato complexo e de descoberta.

Os educadores devem refletir sobre a importância da leitura para o ensino/ aprendizagem, principalmente no que tange ao ensino do aluno especial, principalmente o surdo. É preciso que seja desenvolvido no educando as estratégias de domínios da leitura, pois, em meio a uma sociedade em que a tecnologia e a cultura prevalecem, há uma resistência no progresso da mesma interrompendo seu desenvolvimento.

A leitura deve ser vista como um ato prazeroso na construção de um pensamento crítico e não como uma forma avaliativa para medir conhecimento. Mediante este contexto, Suassuna (1995) apud Gomes & Souza (2010, p. 4) afirma que:

[...] quando o aluno [ler] sem prazer sem o exercício da crítica, sem imaginação, quando não faz da leitura uma descoberta, um ato de conhecimento, quando somente reproduz, nos exercícios a palavra lida do outro, conseqüentemente não poderá intervir sobre aquilo que historicamente está posto. Portanto, devem-se formar leitores capazes de ler criticamente, aptos para intervir na realidade em que estão inseridos (GOMES & SOUZA, 2010, p. 4)²⁹.

A compreensão e interpretação das palavras são aspectos de dificuldades encontrados no processo de leitura e escrita. Isso ocorre por falta de uma compreensão adequada na utilização dos processos mentais a qual

²⁹ GOMES, F. F. L. & SOUZA, J. M. R. Os caminhos para o ensino produtivo de língua portuguesa. V Semana de Letras – Linguagem e entrecosques culturais. Língua, literatura e cultura brasileira. Catolé do Rocha – PB. 2010.

torna o sujeito um leitor ativo, crítico e independente, não podendo ocorrer somente como uma atividade a fim a ser realizada.

Nas práticas atuais os alunos leem e escrevem para praticar a leitura e a escrita, deixando para trás o que é mais importante como o contato direto com os mais variados usos que as mesmas oferecem. A atividade de leitura e escrita deve ser vista com atribuição de sentido, pois as mesmas, tem influência no sucesso da criança por toda a vida.

A leitura apresenta significado a partir do momento em que for realizada como processo de reescrita do que se está lendo e descobrir as conexões do texto vinculando o mesmo ao seu contexto e ao contexto do leitor.

A leitura é uma construção contínua dos significados dos textos, contudo, o professor em sala de aula deve propor uma metodologia que contemple a necessidade do educando incluso, apoiando-se em estratégia diferente, principalmente para o aluno surdo.

O conhecimento cognitivo e linguístico dos estudantes, independente do grau de deficiência, deve ser aprimorado com a leitura, pois os textos transmitem informações relevantes e significativas para o conhecimento do leitor.

A compreensão da língua pelo educando provém do desempenho da leitura considerando os elementos básicos da língua materna, partindo daí a competência linguística para a aquisição e desenvolvimento da linguagem.

A aquisição da linguagem é possível para todos os indivíduos, independentemente de qualquer deficiência física e psicológica. Mesmo as crianças que apresentam incapacidade auditiva e de emitir sons vocais, serão impedidas de dominar um sistema linguístico.

É óbvio que no caso dos discentes surdos é necessário um treinamento especial, pois o mesmo não pode aprender uma língua ouvindo-a, entretanto, isso não impedirá seu aprendizado.

A incapacidade de uso das cordas vocais na produção de sons vocais não impede que a criança aprenda uma língua, muito pelo contrário, elas aprenderão sem algum tipo de dificuldade especial. Podem aprender e comunicar-se por escrito como qualquer outra pessoa, compreendendo

perfeitamente a língua, pois a mesma não depende de maneira decisiva da expressão verbal.

Mesmo uma criança com deficiência mental a ponto de não aprender aritmética ou outra fórmula pode adquirir a linguagem, pois a aquisição nativa da mesma é menos afetada pelo retardamento mental do que outras habilidades intelectuais.

A linguagem humana tem sua estrutura extremamente complexa, não podendo ter nenhuma explicação baseada no estímulo ou reação da mesma. O objeto da Linguística é chegar a uma compreensão da linguagem tendo como fundamental para sua formação o conhecimento da capacidade e aquisição da mesma.

A escola é o meio pela qual o aluno tende a encontrar auxílio para o aprendizado da língua, tendo em vista que é a partir da mesma que se estabelece o desenvolvimento técnico e artístico para a unificação de uma língua.

A linguística contemporânea apresenta em seus progressos duas correntes que influenciaram profundamente o ensino das línguas, sendo o estruturalismo e a gramática gerativa transformacional a qual trata-se de uma teoria que se ocupa das línguas e da linguagem. A mesma apresenta importantes contribuições para o ensino de línguas, como, por conseguinte, as capacidades explícitas que o estudante de línguas precisa ter para a aproximação de um falante nativo possuindo capacidades de distinguir, produzir e compreender as sentenças gramaticais. Entretanto, para essas capacidades não são fornecidas respostas de como são adquiridas, sendo, porém evidente a existência de modos pelos quais é improvável o alcance das mesmas.

Para o ensino da língua estruturalista, primeiro deve-se entender que cada língua corresponde a um sistema particular tendo uma evolução sistemática e particular. Entretanto, a mesma busca analisar e definir o sistema fonológico, mórfico e sintático dentro de cada língua, também estabelece regras em sua estrutura bem como a organização atual e a evolução descrevendo sua estrutura e organização.

No que se refere à gramática gerativista e a transformacionalista, cabe ressaltar a importância dada aos problemas relativos à competência, a organização da linguagem e outros signos da mesma.

A gramática gerativa tem em um de seus objetivos principais que é a comparação de suas profundas estruturas a qual apresenta significativas vantagens desde que aplicada numa teoria segura das gramáticas, tanto da língua materna quanto da língua em estudo.

O estudo da língua é algo tão importante quanto complexo, pois o falante precisa compreendê-la em seus aspectos estruturais da língua e para que isso ocorra, é preciso que o mesmo se mantenha atento à competência da leitura e escrita, pois assim, independentemente de ser portador de necessidade especial ou não, será capaz de usufruir-se da linguagem propriamente dita com segurança.

A leitura na educação inclusiva transmite ao cidadão o direito de serem respeitados, livres de preconceito e com noções igualitárias vivendo como seres capazes e ativos em uma sociedade.

Essa igualdade deve ser garantida, mas a sociedade ainda não sabe conviver com a diversidade tornando assim sofrimento para as pessoas com necessidades especiais e também para seus familiares.

Para atender alunos com deficiência a escola precisa ter um grande compromisso social garantindo a aprendizagem como direito e dever de todos.

A pesquisa constitui-se com um referencial para debates referentes à leitura na educação inclusiva para todos sem preconceito e de qualidade. Assim como está tratado na Declaração de Salamanca. E, por isso, caracterizar os desafios encontrados no processo de inclusão escolar com perspectivas de práticas pedagógicas inovadoras e com vistas à educação inclusiva em vigência no país, por hora propostas por meio desta pesquisa.



ISBN 978-65-87333-12-0